

# Dicas para tornar o departamento de Recursos Humanos mais global

Mariane Guerra (\*)

*Quando falamos em globalização no universo corporativo, naturalmente pensamos em empresas expandindo seus negócios, implementando novas tecnologias aos seus processos e estimulando a integração de seus empregados com outras realidades e culturas*

Porém, diante desse cenário, não podemos deixar de questionar: será que todas as companhias estão realmente aptas a fazer esse movimento e fincar sua bandeira em novos territórios? Não existe uma receita pronta para avaliar a maturidade de uma corporação que decide entrar uma corporação que decide dar esse passo, mas uma coisa é certa – a partir do momento da decisão, os desafios pela frente serão muitos. E uma das formas mais eficientes de começar a superá-los é olhar mais profundamente para área de RH, pois é a partir dela que serão reunidas informações valiosas sobre as engrenagens dos negócios e de cada colaborador que forma esse ecossistema.

Mas é fundamental ter em mente que, em uma gestão global, as demandas são mais amplas e complexas. Porém, muitas vezes nem a equipe nem os sistemas possuem abrangência global, fazendo com que a companhia em questão não esteja apta para essa nova investida. Aqui faço um convite - imagine a área de gestão de uma empresa presente em mais de um país. Não é simples administrar diferentes burocracias, culturas, legislações e práticas internas. Não tenho dúvidas que integrar pessoas e processos diferentes gere grandes oportunidades, mas é preciso estar preparado, ter pessoas experientes e soluções robustas, capazes de suportar essa operação.

O segredo de um trabalho efetivo e bem-sucedido está, antes de tudo, na compreensão detalhada de como cada território funciona, por meio de projetos localizados e, a partir daí, avançar para os cruzamentos e integrações. Na era do Big Data, imagine quantas informações o departamento de RH não poderá recolher e, com isso, ter total visão das necessidades de cada colaborador, processo e operação de suas unidades? O detalhamento certamente será rico e trará possibilidades imensas. Como conseguirisso? Por meio da utilização de um sistema que atue globalmente, permita essa transparência e otimize as integrações.

É entendendo essa demanda que a Constellation Research concluiu, na recente pesquisa "Demystifying the Secrets of Global Human Resources", que "a adoção de um software global de Recursos Humanos irá crescer nas empresas assim que seus líderes entenderem as vantagens da utilização de uma solução abrangente".

Se esse é um desafio, a hora de agir é agora!

Listo, abaixo, as principais características de um RH global que permitem a agilidade nos negócios, segundo a pesquisa:

**1. Serviços "self-service" estão disponíveis para te ajudar:** muitas vezes pensamos que uma ferramenta self-service significa o posicionamento infinito de planilhas, mas a próxima geração de software para RH age ao pé da

letra: com respostas rápidas, dados importantes obtidos no momento oportuno e esforço reduzido das equipes. Ou seja, trabalhar com um público maior fica mais fácil;

**2. A velocidade dos processos motiva e empodera os colaboradores:** o "fazer acontecer", segundo a Constellation, é um dos principais motivadores de engajamento aos colaboradores de uma empresa. E com um sistema com feedback mais ágil, os problemas também são resolvidos da mesma maneira;

**3. A personalização elimina a frustração:** práticas recorrentes do dia a dia do RH se tornam frustrantes quando um colaborador precisa se registrar ou inserir informações de login e senha repetidamente. Um sistema global, atualmente, "compreende" quem está interagindo com ele, criando um acesso personalizado e, ao mesmo tempo, entregando a informação que ele precisa;

**4. A experiência do usuário otimiza o trabalho do RH:** caminhando de acordo com o ponto anterior, a experiência do usuário dos sistemas globais têm um nível de satisfação equivalente àquele de smartphones e dispositivos móveis, ou seja, são intuitivos e engajam os colaboradores a continuarem a explorá-los;

**5. Interatividade com documentos de alta frequência otimizam a experiência do usuário:** da mesma maneira que o uso de soluções globais no RH precisa ser intuitiva no dia a dia, seu uso na administração de documentos frequentes do departamento exigem a mesma capacidade. Dois exemplos são as folhas de pagamento e a declaração de benefícios;

**6. Folhas de pagamento e declarações de benefícios interativas engajam e empoderam os colaboradores:** em vez de receberem um documento em PDF repleto de números, os sistemas globais otimizam o contato do colaborador com a folha de pagamento. Desta maneira, ao se tornarem "intuitivos", eles passam a explicar exatamente o porquê de cada valor registrado. No caso dos benefícios, pode-se consultar qual será o pagamento total projetado, e quais serão as despesas para o decorrer do ano, por exemplo;

**7. A satisfação dos colaboradores fala por si:** o custo-benefício desse tipo de inovação ao RH é respondido pela satisfação de cada colaborador e pela facilidade adquirida em seu dia a dia. Segundo a Constellation, a resposta está na conquista de maior tempo hábil para a realização de outras tarefas que não sejam meramente burocráticas. Segundo o estudo, "economizarão menos uma hora de trabalho de cada pessoa em um mês gasta usualmente em tarefas relacionadas ao RH significa aumento a experiência do usuário e também na receita de vendas".

Portanto, chegou o momento de otimizar o trabalho do RH, facilitar o acesso dos colaboradores às informações e investir em soluções que atuam como verdadeiros facilitadores da rotina das empresas, imprimindo transparência em seus processos, melhorando gestão e compliance. Preparar a empresa para o amanhã é questão de sobrevivência.

A revolução digital torna o mundo mais globalizado a cada dia e ficar de fora desse movimento não pode ser uma opção.

(\*) - **Vice-presidente de Recursos Humanos Latam da ADP.**

O diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Peter Poschen, defendeu na Câmara dos Deputados, que o Brasil siga as mais de 80 convenções da OIT ratificadas pelo País que estão em vigor, entre elas as Convenção 98 e 154, sobre negociação coletiva

Segundo ele, dentro dessas convenções, há um princípio de que existe uma hierarquia de normas legais: uma lei deve ter mais valor do que um acordo coletivo.

Poschen participou da última audiência pública da Comissão Especial da Reforma Trabalhista. O projeto do governo prevê que as negociações coletivas prevaleçam sobre a legislação. Ele ressaltou que a OIT não tem posicionamento favorável ou contrário sobre a reforma, mas disse que a organização pode formular, a pedido do País, parecer sobre a proposta. Conforme Poschen, uma reforma deve seguir as normas internacionais do trabalho e deve promover a concorrência leal, que não seja baseada em más condições do trabalho e na exploração do trabalhador. Ele defendeu ainda o diálogo social sobre a proposta.

Já o ex-ministro do Trabalho (governo José Sarney) e do TST, Almir Pazzianotto, defendeu a validade das negociações coletivas, que já estão previstas na Constituição e nas convenções da OIT, mas que muitas vezes são questionadas na Justiça. Para ele, a negociação coletiva pode ser "instrumento hábil de combate de desemprego", porque pode ser adaptada à uma realidade de crise. Na visão dele, o acordo tem a vantagem de durar só um ou dois anos, enquanto a lei tem duração indeterminada.

Pazzianotto defendeu a reforma trabalhista para que o Brasil lide com seus 13,5 milhões de desempregados. "Ninguém mais quer gerar empregos, porque todo emprego encerra



Organização Internacional do Trabalho (OIT), Peter Poschen.

um passivo oculto", afirmou. O ex-ministro chamou a atenção para o alto número de processos trabalhistas na Justiça. "Temos uma legislação insegura", ressaltou. "É um sistema jurídico inseguro é imprestável", completou. Ele defendeu que o Congresso promova a adaptação da legislação trabalhista para um mundo pós-industrial e para a automação que atingiu o mercado de trabalho. Segundo o ex-ministro, a CLT, de 1943, foi feita para uma época industrial.

O ex-ministro do Trabalho do governo Dilma Rousseff, Miguel Rosseto, por sua vez, acredita que "o que impede o empregador de gerar emprego não é a legislação trabalhista", já que há dois anos havia geração de emprego, com a mesma legislação. Para ele, é a política econômica errada o grande empecilho para a geração de emprego. Na sua opinião, os direitos dos trabalhadores

estariam sendo atingidos para compensar essa "política econômica profundamente equivocada".

Os equívocos, em sua visão, incluiriam uma política cambial errada, impedindo a exportação e destruindo o emprego no País, e taxas de juros elevadas, que impediriam o investimento. Conforme ele, "fragilizar a relação de trabalho" não provocará um aumento da eficiência e da produtividade da economia brasileira. "A chaga deste País não é um trabalhador reivindicar direitos, mas os milhões de trabalhadores que trabalham sem carteira assinada", acrescentou.

Na audiência, o 1º vice-presidente do TRT da 3ª Região, desembargador Ricardo Antônio Mohallem, defendeu a reforma. "A legislação do trabalho no Brasil está esclerosada", opinou. "Ela retira do empregador a possibilidade de gerir seu empreendimento de acordo com sua necessidade de custos", disse. "Ela cria empecilhos para a administração sadia de uma empresa, por exemplo, em relação ao intervalo para refeição, aos turnos ininterruptos de revezamento", complementou.

Na visão dele, existe uma indústria de ações trabalhistas no País, e mesmo trabalhadores que receberam todos os seus direitos entram com ações na Justiça. O desembargador defendeu a prevalência das negociações coletivas para lidar com o problema. Além disso, Mohallem sugeriu a revitalização de comissões de conciliação prévias para lidar com os conflitos trabalhistas (Agência Câmara).

## Meribasp Empreendimentos Imobiliários SPE S.A.

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016		CNPJ/MF nº 22.348.203/0001-06	
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Valores em Reais)		Valores expressos em Reais	
Ativo	Notas	31/12/2016	31/12/2015
<b>Não auditado</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4	849.326	27.245
Adiantamento para aquisição de terrenos	6	-	5.019.700
Adiantamento a fornecedores		11.224	-
Impostos a recuperar		239	-
Despesas antecipadas	7	860.789	78.095
Estoque de imóveis	5	45.774.161	5.124.995
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>45.774.161</b>	<b>5.124.995</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>46.634.950</b>	<b>5.124.995</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>92.409.111</b>	<b>10.249.990</b>

1. **Contexto operacional.** - A Meribasp Empreendimentos Imobiliários SPE S/A constituída em 29 de abril de 2015, e tem como objeto específico o planejamento, a promoção, desenvolvimento, incorporação, construção, locação e especialmente a venda do empreendimento imobiliário que será desenvolvido nos imóveis objetos das matrículas nº 1.835, 31.536, 10.247, 23.833, 21.389, 2.502, e 11.245, todas registradas perante o 16º Ofício de Registro de Imóveis de São Paulo, e ainda o imóvel situado nesta Capital à Pirajussara nº79, Butantã. O endereço da sede da Companhia é na Rua Hungria, nº 514 - 10º andar, conjunto 102, sala 25, Jardim Europa, CEP 01455-000, São Paulo - SP. 2. **Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis.** - A demonstração financeira foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira, em consonância com a Lei nº 6.404/76, bem como alterações introduzidas com o advento da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instrumentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), especificamente o CPC de Regras e Métricas Empresariais (CPC-EME), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 10 de março de 2017.

3. **Resumo das principais práticas contábeis - a. Apropriação das receitas, custos e despesas.** - A Companhia encontra-se em fase de desenvolvimento do empreendimento imobiliário, portanto não apresenta receitas de atividades fim, somente custos de construção e despesas com materiais de consumo, necessárias a sua constituição e manutenção, bem como receitas financeiras às quais foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência do exercício. **b. Instrumentos financeiros.** - A Companhia determina a classificação inicial de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivo financeiro registrado ao custo amortizado, conforme determinado pelo CPC. **(i) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.** - Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificada como mantida para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gereia tais investimentos e toma decisões de compra e vendas baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **(ii) Empréstimos e recebíveis.** - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **(iii) Passivos financeiros registrados ao custo amortizado.** - Os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados iniciais em 2016 e 2015 são originários de todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, e são avaliados com base em compositos pelo menor valor entre o custo e o valor líquido líquido. O custo dos estoques é composto pelo valor do terreno adquirido para incorporação imobiliária acrescido dos gastos com construção e encargos financeiros oriundos da aquisição do imóvel. **d. Redução ao valor recuperável.** - Os ativos contábeis são avaliados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido líquido. As demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil exceda o valor recuperável estimado. Perdas por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração faz as seguintes obrigações fiscais, comerciais e societárias, registradas pelos valores conhecidos e/ou calculáveis acrescidos dos encargos financeiros, conforme aplicáveis e ajustados a valor presente pela taxa efetiva de juros. **f. Imposto de renda e contribuição social.** - As provisões de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são calculadas pelo regime de tributação do lucro real ou por opção recolhimento por estimativa. No lucro real as alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são de 15% e 9%, respectivamente. A partir de 2015 a Companhia optou pelo Regime de tributação Lucro Presumido. **4. Caixa e equivalente de caixa.** - Contingiam numerada em caixa, saldos em aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme compreendido abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	15.600	27.245
Aplicações financeiras (i)	833.726	27.245
Totais	849.326	54.490

Tais aplicações referem-se a aplicação DI do Itau - Soberano LP FIC FICFI no valor de R\$ 833.726. Estas tratam-se de aplicação de curto prazo, de alta liquidez e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. A remuneração destes investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (DI). **5. Estoques de imóveis.** - Tipo de projeto: Uso Misto; Localidade: São Paulo/SP; Data de início do projeto: Nov/2015; Início da obra: Abril/2016; Tempo de duração da construção do projeto: 24 meses. Percentual que já foi construído do projeto: 0%; Data prevista de entrega do projeto: Março/2020.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Terrãos para incorporações		
Impostos e taxas		
Empreendimento		
Total	1.097.785	45.774.161

A intenção da administração é a de venda do imóvel, por essa razão o mesmo é contabilizado como estoque. O valor dos estoques é avaliado anualmente para fins de redução ao valor recuperável (impairment). A avaliação é efetuada através de laudos específicos preparados por especialistas do setor imobiliário e que levam em conta a expectativa dos resultados futuros a serem obtidos com o empreendimento imobiliário. Com base no laudo de avaliação, a administração analisou a recuperabilidade do ativo e não identificou indicadores de perda. **6. Adiantamentos para aquisição de terrenos** - Em 24/11/2015 foram adquiridos terrenos por Instrumento Particular de

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>a. Despesas Financeiras / Descrição</b>		
Juros e multa	(962)	-
IOF/IOCC	(76)	-
Outras despesas operacionais	(144)	(27)
Total	<b>(1.182)</b>	<b>(27)</b>

relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras. Os valores expressos em Reais. 31/12/2016. Receita de aplicação financeira. Total: 4.865. Descrição: 31/12/2016. (37.369) Anúncios e publicações (56.415) Contribuição sindical patronal (6.771) Fretes e carretos (6.097) Franchising (2.120) Outras despesas (1.453) Total (113.381) 10. Resultado Financeiro - A composição das despesas e receitas financeiras nos exercícios fmdos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é a seguinte demonstrada: Descrição: 31/12/2016. 31/12/2015. a. Despesas Financeiras / Descrição: 31/12/2016. 31/12/2015. 962) (76) (144) (27) Total (1.182) (27) Descrição: 31/12/2016. 31/12/2015. 4.865 (113.381) Total 4.865 11. Imposto de renda e contribuição social - A Companhia optou pelo lucro real como regime de tributação nos exercícios de 2016, considerando que foram apurados prejuízos fiscais nestes exercícios, não houve base de cálculo para IRPJ e CSLL, gerando um crédito tributário potencial de R\$ 38.247 que poderá ser compensado com lucros apurados em exercícios subsequentes respeitando os limites estabelecidos na legislação vigente. 12. Cobertura de seguros - A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Porém, devido a desapropriação do imóvel, a administração entende que não há mais a necessidade de contratação de seguro. 13. Contingências - A Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado em 31 de dezembro de 2016. 14. Partes relacionadas - Nota explicativa nº 8, bem como as empresas que fazem parte do grupo societário dos controladores. Adicionalmente, a Companhia identifica as seguintes pessoas físicas ou jurídicas com partes relacionadas: • IDS GP, LLC; • Camon LP; • Camon II LP; • Camon III LP; • Tellus IV Participações S.A.; • SDI Administração de Bens Ltda.; • Arthur José de Abreu Pereira; • André Ferreira de Abreu Pereira; • Alexandre Ferrei-

Demonstrações de resultados		Capital social	
Notas	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
<b>Não auditado</b>			
Despesas administrativas	9 (113.381)	-	-
Despesas tributárias	-	(2.792)	(344)
Despesas financeiras	10.a (1.182)	-	(27)
Receitas financeiras	10.b 4.865	-	-
Resultado operacional	(112.490)	-	(371)
Prejuízo do exercício	(112.490)	-	(371)

Demonstrações de resultados abrangentes		Capital social	
Notas	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2015
<b>Não auditado</b>			
Prejuízo do exercício	(112.490)	-	(371)
Resultado abrangente total	(112.490)	-	(371)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
	Capital Social	A integralizar	acumulados	Total
Subscrição do capital social - 29/04/2015	1.000	(1.000)	-	-
Estoque de imóveis	5.999.000	(5.999.000)	-	-
Capital integralizado	-	5.120.700	-	5.120.700
Prejuízo do exercício	-	-	(371)	(371)
<b>Saldo 31/12/2015 (não auditado)</b>	<b>6.000.000</b>	<b>(879.300)</b>	<b>(371)</b>	<b>5.120.329</b>
Capital social	54.000.000	(54.000.000)	-	-
Capital integralizado	-	41.623.513	-	41.623.513
Prejuízo do exercício	-	-	(112.490)	(112.490)
<b>Saldo 31/12/2016</b>	<b>60.000.000</b>	<b>(13.255.787)</b>	<b>(112.861)</b>	<b>46.631.352</b>

Demonstrações do fluxo de caixa-Método indireto		31/12/2016		31/12/2015	
	31/12/2016	31/12/2015	Não	auditado	(371)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(112.490)	-	-	(371)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício como caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (Aumento) diminuição de ativos	-	-	-	-	-
Adiantamento para aquisição de terrenos	5.019.700	(5.019.700)	-	-	-
Despesas antecipadas	78.050	(78.050)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	(11.224)	-	-	-	-
Estoque de imóveis	(45.774,161)	-	-	-	-
Impostos a recuperar	(239)	-	-	-	-
Aumento (diminuição) de passivos	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	(2.948)	4.666	-	-	-
Contas a pagar	1.880	-	-	-	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(40.801,432)	(5.093,455)	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-	-	-	-
Integralização de capital	41.623,513	5.120,700	-	-	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	41.623,513	5.120,700	-	-	-
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	822,081	27,245	-	-	-
Varição em caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	27,245	-	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa no final do exercício	849,326	27,245	-	-	-

Fluxo de caixa das atividades operacionais		31/12/2016		31/12/2015		
	31/12/2016	31/12/2015	Ativo	Emprestimos recebíveis	Passivo ao custo amortizado	Total
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	822,081	27,245	-	-	-	-
Varição em caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	27,245	-	-	-	-
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa no final do exercício	849,326	27,245	-	-	-	-
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	-	27,245	-	-	-	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	849,326	54,490	-	-	-	-
Total	849,326	54,490	-	-	-	-
Passivo	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar	-	1.880	-	-	1.880	-
Total	-	1.880	-	-	1.880	-
<b>31/12/2015</b>						
Caixa e equivalente de caixa	27.245	-	-	-	-	27.245
Adiantamento para aquisição de terrenos	5.019.700	-	-	-	-	5.019.700
Total	5.046.945	-	-	-	-	5.046.945

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras. Os valores são taxados de acordo com a legislação em vigor. O valor líquido líquido de caixa, efetuada seu investimento em instituições financeiras avaliadas com o presente de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo. **7. Valorização dos instrumentos financeiros** - Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros ativos e passivos são substancialmente equivalentes aos valores contábeis.

Arthur José de Abreu Pereira - Diretor José Carlos Moraes Pinto - Contador CRC ISP 061.813/O-2

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

KPMG Auditores Independentes CRC 259014428/O-6

Ederson Rodrigues de Carvalho Contador CRC 15919028/O-1

## Wasimco Participações S.A.

CNPJ nº 63.979.462/0001-12 - NIRE 35.300.129.130

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data/Hora/Local: 01/03/2017, às 11hs, São Paulo/SP. Presença: Totalidade. Mesa: Presidente - Léio Wallace Cochrane Junior, Secretário - Luiz Vicente Barros Mattos Jr. Convocação e Publicação: Dispensada. Deliberações Aprovadas por Unanidade: Relatório do liquidante, prestando as contas finais dos atos e operações de liquidação de todo ativo a passivo da sociedade, restando saldo de capital social de R\$ 126.400, valor este distribuído aos acionistas como resgate de 30.928 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Foram os documentos apresentados, unanimemente aprovados e considerada extinta a sociedade anônima, em virtude do término da liquidação, que foi dada por encerrada. Ficam os livros e os documentos sob a responsabilidade do liquidante, Léio Wallace Cochrane Junior, RG 2.612.515/SSP/ SP, CPF 005.765.818-87, que caberá também, promover a baixa e cancelamento dos registros em todos os órgãos competentes, deixando-os sempre à disposição para eventuais verificações, tanto dos acionistas, como da fiscalização por parte dos órgãos de administração pública em geral, podendo para tais atos quanto necessário for, assinando e requerendo o que for, tendo poderes ainda para efetuar todos os pagamentos decorrentes da presente liquidação e responder por direito subsistentes mediante nomeação de procurador com fins específicos. Encerramento: A Ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Data: SP, 01/03/2017. Mesa: Presidente - Léio Wallace Cochrane Jr, Secretário - Luiz Vicente Barros Mattos Junior. Acionistas Presentes: (A) Mercedes de Arruda Botelho Simonsen; Cristiano de Arruda Botelho Simonsen Ticolau; Vanessa de Arruda Botelho Simonsen; Léio Wallace Cochrane Junior, Jorge Wallace Simonsen Junior e Luiz Vicente Barros Mattos Junior. Léio Wallace Cochrane Junior - Presidente, Luiz Vicente Barros Mattos Jr. - Secretário, JUCESP nº 156.48217-4 em 03/04/2017. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

(\*) - **Vice-presidente de Recursos Humanos Latam da ADP.**